MODELO DE PETIÇÃO

CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS. RPV. JUSTIÇA FEDERAL

Rénan Kfuri Lopes

Exmo. Sr. Juiz Federal da ... Vara – Seção ...

cumprimento de Sentença ...

- PEDIDO DE EXPEDIÇÃO DE RPV -

(nome do Advogado, OAB, endereço), in fine assinado, advogando em causa própria, nos autos epigrafados, vem, respeitosamente, com fulcro nos artigos 523 e 524 do CPC, promover o presente CUMPRIMENTO DE SENTENÇA, em face da UNIÃO FEDERAL, na pessoa do seu ilustre Procurador da Fazenda Nacional[[1]](#footnote-1), sito á Rua ..., n. ..., Bairro ..., ... [...], CEP ..., pelas razões de direito adiante articuladas:

I- O TÍTULO JUDICIAL EXEQUENDO

1. *Ab initio*, o peticionário atuou como advogado da autora ... que promoveu a “*ação anulatória de débito fiscal c.c reparação por danos morais”* ajuizada em ..., em face da União Federal/ora executada, objetivando a anulação das execuções fiscais que a incluíram no polo passivo como codevedora da Massa Falida a qual era síndica. Assim como requerendo indenização a título de danos morais no montante de 200 [duzentos] salários mínimos pela inscrição do seu nome na dívida ativa da União.

2. A r. sentença proferida nas fls. ... deu parcial provimento ao pleito inicial declarando extintas as execuções fiscais em face da ora exequente; fixando o dano moral em R$4.800,00 [quatro mil e oitocentos reais] e os honorários advocatícios sucumbenciais em 10% sob o valor da condenação.

3. Vista a desproporcionalidade do valor arbitrado foi interposta apelação [fls. ...] requerendo a majoração do quantum indenizatório, considerando a extensão do dano suportado pela autora/ora exequente em sua esfera personalíssima em vista do caso concreto.

4. Em consonância com o requerido, o d. TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO proferiu acórdão nas fls. ... dando provimento ao pedido de majoração do débito indenizatório seguindo o critério adotado na sentença recorrida, *in verbis*:

“*Por todo exposto... dou parcial provimento à apelação da parte autora para majorar, neste processo, o valor da condenação para R$10.000,00 [dez mil reais],e, consequentemente, majorar o valor dos honorários de sucumbência para R$1.000,00 [mil reais] ,seguindo o mesmo critério adotado na sentença recorrida, devendo os valores arbitrados serem corrigidos a partir da data de prolação da sentença de 1ºgrau, pelos índices previstos no Manual de Cálculos da Justiça Federal, nos termos da fundamentação supra*.”

5. Diante da decisão não fora admitido recurso especial [fl. ...], tendo o v. acórdão transitado em julgado dia ... de ... conforme se infere da certidão na fl. ...

6. Isto posto, o título judicial exequendo é a parte do acórdão prolatado que condenou o executado ao pagamento da verba honorária sucumbencial, de caráter alimentar, no valor de R$1.000,00 [mil reais].

II- PEDIDOS

7. ***Ex positis***, com fulcro no art. 100, §§ 3º e 4º da CF; art. 17, § 1º da Lei 10.259/2001[[2]](#footnote-2); requer que proceda à expedição da competente RPV- Requisição de Pequeno Valor em favor do exequente/ ..., CPF ..., no valor de R$ 8.041,88 [oito mil e quarenta e um reais e oitenta e oito centavos] conforme atualizado no demonstrativo de débito abaixo, referente ao pagamento dos honorários sucumbenciais fixado no v. acórdão/título judicial proferida nestes autos.

8. Outrossim, requer a intimação da executada para tomar conhecimento deste pleito [CPC, art. 183].

DEMONSTRATIVO DE DÉBITO

Valor histórico do crédito R$ ...

Fator de correção monetária ...

Valor crédito corrigido mon. R$ ...

Juros de Mora R$ ...

CRÉDITO ATUALIZADO R$ ...

- correção monetária desde sua fixação na sentença, corrigido a partir de ... pelo Manual de Cálculos da Justiça Federal de ...

- juros de mora 1% ao mês a partir do evento danoso[[3]](#footnote-3) [ajuizamento da execução fiscal proveniente da Certidão de Dívida Ativa n. ...] = 215%;

Doc. n. ...

P. Deferimento.

(Local e data)

(Assinatura e OAB do Advogado)

1. CPC, art. 535. A Fazenda Pública será intimada na pessoa de seu representante judicial, por carga, remessa ou meio eletrônico, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, podendo arguir:... [↑](#footnote-ref-1)
2. Lei 10.259/2001, art.17. Tratando-se de obrigação de pagar quantia certa, após o transito em julgado da decisão, o pagamento será efetuado no prazo de sessenta dias, contados da entrega da requisição, por ordem do juiz, à autoridade citada para a causa, na agência mais próxima da Caixa Econômica Federal ou do Banco do Brasil, independentemente de precatório. [↑](#footnote-ref-2)
3. Res/CJF n. 258, art.6º. Em se tratando de crédito de pequeno valor de responsabilidade da União, suas autarquias, fundações de Direito Público e demais órgãos incluídos no orçamento geral da União, o tribunal organizará, mensalmente, a relação das requisições em ordem cronológica, contendo os valores por beneficiário, encaminhando-a à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças do Conselho da Justiça Federal. [↑](#footnote-ref-3)